



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 9º PERÍODO - DATA: 22/4/2026

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

“Estudar Direito é um deságio, mas também a oportunidade de ser um agente de transformação social. Mantenha a constância e a paixão pela busca da verdade”.

**VOCÊ É CAPAZ!
BOA PROVA!**



Disciplina: Direito Civil – Da Família
Professora: Esp. Juliana Soler

Questão 01

No tocante aos princípios aplicáveis ao Direito de Família, assinale a alternativa INCORRETA:

- No âmbito do direito de família, a solidariedade é compreendida com a ideia de que todos os membros de uma entidade familiar, considerados individualmente, respondem por todos os demais e por cada um, de forma recíproca. O princípio da solidariedade familiar não se limita ao aspecto material, devendo ser concebido num sentido amplo, tendo um caráter afetivo, social, moral, patrimonial e espiritual.
- O princípio da função social da família é, um reflexo do movimento de mudança do paradigma liberal-individualista, apoiado fortemente na teoria positivista, para o paradigma socialpersonalista, representado por teorias pós-positivistas, que colocam o patrimônio e não a pessoa humana no centro das atenções.
- Em razão do princípio princípio da igualdade entre filhos, não pode haver qualquer diferenciação no tratamento dos filhos em razão da origem da concepção ou mesmo por outras causas.
- O art. 226, § 5º, da Constituição Federal, ao demonstrar a preocupação quanto à igualdade entre os cônjuges e companheiros de uma entidade familiar, estabelece a isonomia substancial entre eles, de modo que, por exemplo, havendo divergência na condução da família, nenhuma das vontades prevalecerá sobre a outra, devendo a questão ser resolvida pelo poder judiciário.

Questão 02

Com relação aos impedimentos para o casamento, assinale a alternativa CORRETA:

- Em relação aos efeitos, a existência de impedimentos matrimoniais impossibilita que o casamento seja celebrado. A oposição dos impedimentos pode ocorrer até o momento da celebração e por qualquer pessoa capaz.
- O rol das pessoas que não podem casar é exemplificativo, tratando-se de matéria de ordem privada.
- Caso o oficial do registro tenha conhecimento da existência de algum impedimento não poderá reconhecê-lo de ofício. A consequência do casamento eventualmente realizado com algum impedimento é a imposição do regime da separação absoluta de bens.
- O casamento celebrado mediante a infringência de impedimento, somente poderá ser anulado, se a ação for promovida no prazo decadencial de 180 dias, decorrido esse prazo o casamento estará convalidado.

Questão 03

João, viúvo, possui um filho biológico chamado Marcos. Após alguns anos, João casa-se com Cláudia, que já era mãe de uma jovem chamada Beatriz, fruto de um relacionamento anterior. Durante o casamento de seus pais, Marcos e Beatriz cresceram juntos e, agora adultos, desejam se casar. Paralelamente, Cláudia se divorcia de João e, pouco tempo depois, demonstra a intenção de se casar com Marcos (seu ex-enteado), com quem sempre teve boa afinidade. Com base nas normas do Código Civil sobre impedimentos (Art. 1.521), assinale a alternativa correta:

- O casamento entre Marcos e Beatriz é proibido por serem irmãos unilaterais por afinidade. Já o casamento entre Cláudia e Marcos é permitido, pois o divórcio extinguiu o vínculo de afinidade entre sogra e genro.

- b) O casamento entre Marcos e Beatriz é permitido, pois não há parentesco consanguíneo entre eles. Contudo, o casamento entre Cláudia e Marcos é proibido, pois a afinidade em linha reta não se extingue com a dissolução do casamento que a originou.
- c) Ambos os casamentos são permitidos, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro prioriza a liberdade de união e a afetividade em detrimento de vínculos puramente civis ou de afinidade após o divórcio.
- d) Ambos os casamentos são proibidos: o de Marcos e Beatriz por configurar união entre colaterais de segundo grau, e o de Cláudia e Marcos por impedimento de ascendente e descendente por afinidade..

Questão 04

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) se os nubentes encontravam-se, impedidos para o casamento, mas desconheciam essa situação e a celebração efetivamente ocorre, o casamento, não obstante nulo, será considerado putativo e produzirá efeitos para aqueles que estavam de boa-fé quando da celebração.
- b) Estabelece a legislação que, se um dos nubentes estiver acometido por uma moléstia grave, o presidente do ato, oficial de registro, vai celebrar o casamento onde estiver a pessoa, podendo, inclusive, ser celebrado à noite, se houver urgência, é o chamado casamento em caso de moléstia grave.
- c) quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade a quem incumbiria presidir o ato, este casamento poderá ser celebrado na presença de 6 testemunhas que não tenham parentesco em linha reta ou colateral com os nubentes, é o chamado casamento putativo.
- d) O casamento pode ser celebrado por procuração, sendo esta por instrumento público, com poderes especiais. A eficácia desse mandato não pode ultrapassar 90 dias. Inclusive, os dois nubentes podem se fazer representar por procuradores na cerimônia de casamento.

Questão 05

João, com 19 anos de idade, descobre por meio de exames de DNA que é filho biológico de Roberto. Roberto, embora admita a paternidade, recusa-se a comparecer ao cartório. Diante das normas do Código Civil e do entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento de filiação no caso de João:

- a) Caso Roberto venha a falecer sem reconhecer o filho, João não poderá mais buscar o reconhecimento, uma vez que a ação de investigação de paternidade é personalíssima do pai e deve ser exercida em vida.
- b) Roberto pode reconhecer João unilateralmente por escritura pública, mas o ato só terá validade se houver o consentimento da mãe de João, já que ele era menor ao tempo do nascimento.
- c) João pode ser reconhecido voluntariamente por Roberto a qualquer tempo, mas, por ser maior de idade, o reconhecimento produzirá efeitos apenas patrimoniais (hereditários), sem gerar vínculo de parentesco civil.
- d) O reconhecimento por parte de Roberto pode ser feito por testamento, e essa declaração de vontade será irrevogável, mesmo que o testamento venha a ser anulado em suas disposições patrimoniais.

Disciplina: Direito Processual Civil V
Professora: Andréia Viana

Questão 06

Assinale a alternativa INCORRETA acerca da tutela de urgência:

- a) Pode ser requerida apenas em caráter incidental.
- b) Pode ser requerida em caráter antecedente ou incidental.
- c) A tutela cautelar é uma espécie de tutela de urgência.
- d) A tutela de urgência pode ser concedida para antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela final.

Questão 07

Acerca da tutela provisória e da tutela definitiva, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A tutela provisória é concedida com base em cognição exauriente e produz coisa julgada material.
- b) A tutela definitiva pode ser concedida antes do contraditório, desde que haja urgência.
- c) A tutela provisória baseia-se em cognição sumária e tem como objetivo assegurar ou antecipar os efeitos da decisão final.
- d) A tutela definitiva não depende do contraditório, podendo ser concedida sem a oitiva das partes.

Questão 08

O Código de Processo Civil prevê a possibilidade de impugnar a estabilização dos efeitos da tutela antecipada antecedente por meio de ação própria (art. 304, §5º).

Pergunta-se: qual o prazo para ajuizamento dessa ação?

- a) Prazo de 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- b) Prazo de 5 (cinco) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- c) Prazo de 15 (quinze) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- d) Prazo de 10 (dez) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.

Questão 09

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta acerca da tutela de urgência:

- a) O juiz é sempre obrigado a exigir caução para conceder tutela de urgência.
- b) A tutela de urgência não pode ser concedida liminarmente, sendo necessária a oitiva da parte contrária.
- c) O juiz pode exigir caução real ou fidejussória, podendo dispensá-la em caso de hipossuficiência da parte.
- d) A tutela de urgência exige sempre audiência prévia para produção de provas.

Questão 10

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta acerca da tutela de urgência e da tutela de evidência:

- a) Ambas exigem a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela de urgência exige probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e perigo de dano, enquanto a tutela de evidência pode ser concedida independentemente de urgência, bastando que o direito da parte esteja evidente, nos termos da lei.
- c) A tutela de evidência depende da demonstração de urgência, mas dispensa a prova do direito.
- d) A tutela de evidência somente pode ser concedida após a fase de instrução do processo.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho
Professor: Me. Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Questão 11

São considerados princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho, exceto:

- a) Princípio da adequação setorial negociada.
- b) Princípio da liberdade de filiação.
- c) Princípio da interveniência sindical profissional na negociação coletiva.
- d) Princípio da proteção ao trabalhador, dada a diagonalidade da relação contratual coletiva

Questão 12

Assinale a alternativa incorreta quanto ao Direito Coletivo do Trabalho.

- a) Liberdade de aderir a sindicato, o que importa na vedação de medidas discriminatórias.
- b) O princípio da adequação setorial negociada, impõe que nas empresas os setores devem enquadrar seus funcionários de acordo com o estabelecido em instrumento coletivo
- c) Na esfera da autonomia do sindicato inserem-se sua liberdade de funcionamento.
- d) Liberdade de fundação de sindicato. Os sindicatos podem ser criados sem a necessidade de autorização estatal.

Questão 13

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- b) banco de horas anual.
- c) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- d) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno

Questão 14

Pode ser objeto de negociação coletiva de acordo com a CLT, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) regulamento empresarial.
- b) representante dos trabalhadores no local de trabalho.
- c) repouso semanal remunerado.
- d) teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.

Questão 15

Pode ser objeto de negociação coletiva de acordo com a CLT, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) enquadramento do grau de insalubridade;
- b) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- c) prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei

Disciplina: Direito Processual Penal IV
Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 16

No que tange aos princípios constitucionais que regem a instituição do Júri, a possibilidade de o Conselho de Sentença absolver o réu por motivos de clemência ou razões de ordem subjetiva, mesmo que reconhecida a materialidade e a autoria, é decorrência de qual princípio?

- a) Plenitude de defesa.
- b) Soberania dos veredictos.
- c) Sigilo das votações.
- d) Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Questão 17

Durante a primeira fase do procedimento do Júri (*iudicium accusationis*), se o magistrado não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, deverá proferir decisão de:

- a) Pronúncia.
- b) Impronúncia.
- c) Absolvição sumária.
- d) Desclassificação.

Questão 18

Sobre a composição do Tribunal do Júri e o sorteio dos jurados, é correto afirmar que o Tribunal do Júri é composto por:

- a) 01 juiz de direito e 07 jurados sorteados entre os cidadãos da comarca.
- b) 01 juiz de direito e 09 jurados sorteados entre os cidadãos da comarca.
- c) 01 juiz de direito e 25 jurados, dos quais 07 constituirão o Conselho de Sentença.
- d) 03 juízes de direito e 07 jurados sorteados.

Questão 19

Na sessão de julgamento, as partes (Acusação e Defesa) podem recusar imotivadamente (recusas peremptórias) até quantos jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença?

- a) Até 02 jurados para cada parte.
- b) Até 05 jurados para cada parte.
- c) Não há previsão de recusa imotivada, apenas por suspeição ou impedimento.
- d) Até 03 jurados para cada parte.

Questão 20

A decisão de absolvição sumária, proferida ao final da primeira fase do procedimento do Júri, é cabível quando:

- a) O juiz entender que o crime é culposos e não doloso.
- b) Estiver provada a inexistência do fato ou demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.
- c) Houver dúvida razoável sobre a autoria, em observância ao princípio *in dubio pro reo*.
- d) O réu confessar o crime, mas alegar ter agido sob violenta emoção.

<p>Disciplina: Psicologia Jurídica Prof.: Esp. Ueliton de Souza Gonçalves</p>

Questão 21

“A aproximação de dois importantes campos da ciência, como a Psicologia e o Direito, dá sentido à Psicologia Jurídica, oferecendo recursos para os desdobramentos que estas assumiram na circunstância da prática profissional, respeitando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana ao tratarmos os casos do judiciário numa perspectiva humanizada e multidisciplinar”.

Acerca dos FUNDAMENTOS da Psicologia Jurídica, considere as sentenças:

I – Oferecer recursos de uma análise restrita, de modo a formar um psicodiagnóstico jurídico, no qual o conhecimento da aplicação das Leis seja separado da visão psicológica do fato, suas circunstâncias e contexto.

II – Favorecer a análise prévia dos autos do processo e dar elementos que considerem a ética humana.

III – Elaborar um estudo psicossocial das peças, como levantamento do histórico, os antecedentes e os elementos fundamentais à elaboração do laudo ou parecer.

IV – Sensibilizar profissionais quanto à importância de uma visão ampliada, que considere aspectos humanos, psíquicos como incremento do entendimento jurídico, não podendo uma ser alijada da outra.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) Todas.

Questão 22

“A Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro, define o rol de atividades em que o Psicólogo Jurídico poderá atuar”.

Acerca das ATIVIDADES do Psicólogo Jurídico, analise as sentenças abaixo e indique V (VERDADEIRA) ou F (FALSA):

- () Orientação psicológica às partes e aos advogados envolvidos no caso.
- () Atendimento psicoterapêutico aos indivíduos com restrição de liberdade, com vistas à ressocialização.
- () Avaliação psicológica das condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos envolvidos no caso.
- () Atenção psicológica e orientações a agentes de segurança que atuam dentro das instituições prisionais.

A alternativa cuja sequência está, respectivamente, CORRETA é:

- a) V–F–V–F.
- b) V–V–F–V.
- c) V–F–F–V.
- d) V–F–V–V.